



ASSEMBLEIA INFORMA

17 DE FEVEREIRO DE 2012 – SEXTA-FEIRA – ANO 21 – Nº 3.975

Copasa e empresas de engenharia divergem sobre causas de desabamento

O excesso de água no solo pode ter sido a causa do desabamento do Edifício Vale dos Buritis, no bairro Buritis (Região Oeste de BH), em janeiro. É o que informa laudo provisório do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, discutido ontem em audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

O documento aponta outras possíveis causas, como um corte de 90 graus no terreno, feito pela Podium Engenharia, responsável pela construção de um prédio

do Condomínio Art de Vivre, demolido na mesma rua. O diretor da empresa, Marcos Braz, disse, no entanto, que o corte foi de 10 graus, e que em outubro de 2011 ocorreu um vazamento de água no local, não solucionado pela Copasa. O advogado Eduardo Cordeiro, da Estrutura Engenharia, responsável pelo Edifício Vale dos Buritis, relatou que são recorrentes as reclamações sobre o sistema de drenagem local, mas nada foi feito.

Representantes da Copasa disseram, porém, que

o vazamento pode ter sido no ramal interno de ligação de água do prédio e que, portanto, seria de responsabilidade dos moradores. A empresa de abastecimento negou a existência de vazamento na rede geral.

A presidente da Associação dos Moradores do Buritis, Maria de Fátima Gottschalg, e os parlamentares presentes pediram agilidade na divulgação de um laudo conclusivo. “Os moradores não podem ser vítimas de um ‘jogo de empurrar’”, declarou Délio Malheiros (PV), autor do requerimento

de audiência juntamente com João Vítor Xavier (PRP) e Liza Prado (PSB). “Os únicos que não possuem culpa são os moradores”, afirmou João Vítor. Para Liza Prado, “há muitos culpados, não apenas um”. Duílio de Castro (PMN) alertou que “o caso está virando uma novela”.

De acordo com o deputado Carlos Henrique (PRB), suposições não podem ser feitas antes do laudo conclusivo. Durval Ângelo (PT) disse que “a Assembleia pode contribuir para agilizar a solução do problema”.

Guidoval pede ajuda para reconstrução

Marcelo Metzker

Casas destruídas, pontes e estradas em situação precária e falta de recursos para reconstruir uma cidade que teve cerca de 80% de suas áreas urbana e rural atingidas pelas chuvas de janeiro. Essa foi a situação que a Comissão de Direitos Humanos encontrou ontem em Guidoal (Zona da Mata), durante visita ao município, seguida de audiência pública. Os dois eventos foram solicitados pelo deputado Paulo Lamac (PT).

De acordo com o vereador Delso Gerônimo Costa, embora o Ministério da Integração Nacional tenha autorizado a liberação de R\$ 450 mil para o município, seriam necessários R\$ 200 milhões para reconstruir Guidoal. Costa criticou a análise da Defesa Civil estadual, que classificou a situação como emergencial, e não de calamidade pública. Segundo o vereador, esse parecer foi determinante para que Governo do Estado não liberasse, até o momento, recursos para a cidade.

O coordenador de Defesa Civil municipal, Silvio



Comissão visitou área rural da cidade e viu de perto cenário de destruição

Varoieri, relatou que inicialmente foi decretado estado de calamidade pública em Guidoal, mas, devido a uma série de critérios do órgão estadual, concluiu-se que a cidade encontrava-se em situação de emergência. Não houve, por exemplo, perdas ambientais. “O que temos de fazer é informar aos órgãos superiores que, mesmo sem o

estado de calamidade, precisamos de atenção especial”, defendeu Varoieri.

O deputado Paulo Lamac (PT) afirmou que vai trabalhar para que a situação de Guidoal seja tratada como se fosse de calamidade pública. Ele também disse que vai buscar recursos junto ao Governo Estadual.

Durante a visita da co-

missão à área rural, a trabalhadora Solange Aparecida pediu a reconstrução da ponte que liga a cidade à vizinha Rodeiro, a fim de restabelecer o escoamento da produção de hortaliças e de leite.

A visita foi acompanhada pelo deputado federal Padre João (PT-MG), que prometeu buscar mais recursos para a reconstrução.

Policiais civis acusados de proteger colega recebem críticas em audiência

Guilherme Bergamini



Comissão ouviu representantes das Polícias Militar e Civil

A atuação de policiais civis da 4ª Delegacia do Barreiro, acusados de acobertar um colega que fugiu após abordagem da Polícia Militar, recebeu críticas de deputados e policiais militares que participaram ontem de audiência da Comissão de Segurança Pública. Na reunião, PMs relataram que foram impedidos por policiais civis de vistoriar o carro do suspeito.

O sargento Hélio Carlos Santana explicou que a PM fazia, no início deste mês, uma operação no Aglomerado Ventosa, em Belo Horizonte, quando um taxista relatou que havia uma pessoa dirigindo um carro e abordando pedestres com uma arma. Segundo ele, o motorista, identificado como o policial civil Luciano Trajano Camargo, foi abordado pela PM, mas se recusou a deixar o carro e fugiu.

Santana contou que os policiais militares seguiram Camargo até a 4ª Delegacia do Barreiro, onde ele guardou o veículo. No local, o inspetor da Polícia Civil Denílson Monteiro de Castro teria impedido uma vistoria no carro.

O subcomandante do Batalhão de Eventos da Po-

lícia Militar, major Marcelo Pinheiro, também relatou possível omissão da delegada responsável pela 4ª Delegacia, Sônia Maria Miranda. Ela, no entanto, afirmou ter tomado as medidas cabíveis e encaminhado a denúncia para apuração da Corregedoria de Polícia. O subcorregedor Vicente Ferreira Guilherme disse que o órgão está ciente dos fatos e vai apurar o acontecido.

O deputado João Leite (PSDB) leu carta de Luciano Camargo encaminhada à comissão. Ele nega os fatos e afirma que estava fazendo uma operação policial naquele dia.

Os parlamentares criticaram a atuação dos policiais civis. "Policial que não para diante de uma abordagem de um outro policial é, no mínimo, suspeito de algum delito", afirmou Sargento Rodrigues (PDT), autor do pedido de audiência. João Leite questionou a possível omissão da delegada. A deputada Maria Tereza Lara (PT) disse esperar que a Corregedoria apure os fatos.

No fim da reunião, foram aprovados pedidos de providência da comissão com o objetivo de dar prosseguimento à apuração da denúncia.

Relato reforça suspeita de execução

O relato de um dos moradores de Esmeraldas (Região Metropolitana de Belo Horizonte) convenceu deputados da Comissão de Direitos Humanos de que a morte do sargento da Polícia Militar Rafael Augusto Reis de Rezende, ocorrida em janeiro, não foi motivada por legítima defesa. O presidente da comissão, Durval Ângelo (PT), e o deputado Sargento Rodrigues (PDT) estiveram ontem na rua Vereador Antônio Costa Diniz, local onde o militar foi assassinado.

De acordo com um funcionário do Clube Itaporã, de

onde o militar tinha saído, o corpo da vítima estava caído de costas para a entrada do estabelecimento; sua mão esquerda ainda segurava uma caneca de metal com cerveja e a direita estava próxima à sua perna. Na opinião dos dois deputados, isso mostra que ele foi morto pelas costas. Testemunhas ouvidas anteriormente disseram que um dos assassinos imobilizou o policial e fez dois disparos.

O sargento foi morto com sete tiros. Os acusados são os policiais civis Allan Ribeiro, 21 anos, conhecido como "Índio", Alan dos Santos,

30, David Thiago Santos, 30, e Isaías Barbosa, 32.

O crime ocorreu na madrugada de 15 de janeiro deste ano, fora do clube, em frente a uma das casas da rua. O funcionário afirmou que não presenciou o crime, mas viu o corpo na manhã do dia seguinte, quando retornou ao trabalho.

Uma das moradoras da casa onde o corpo foi encontrado também foi ouvida pelas deputados. Ela afirmou que os peritos encontraram uma bala do lado de dentro de seu quintal, que teria atravessado o portão. A moradora

também disse não ter testemunhado o crime.

Os dois deputados afirmaram que a comissão não vai parar com as investigações, enquanto os culpados pelo crime não forem punidos. Ambos pediram a colaboração da população para a elucidação dos fatos, argumentando que, se os assassinos continuam soltos, podem querer se livrar daqueles que assistiram ao fato. "Outros crimes podem acontecer", advertiu Sargento Rodrigues. Durval Ângelo afirmou que a comissão já solicitou ao Ministério Público a prisão preventiva dos acusados.

Assembleia tem novo bloco parlamentar

Guilherme Dardanhan



Na Reunião Ordinária, também foram comunicadas indicações de líderes

Na Reunião Ordinária de Plenário, ontem, foi comunicada a constituição de um novo bloco parlamentar na Assembleia Legislativa. Trata-se do Avanço Minas, formado pela bancada do PV e pelas representações partidárias do DEM, PSB, PSC, PP, PMN e PTC. O líder é o deputado Tiago Ulisses (PV).

A Presidência comunicou também a formaliza-

ção do bloco Transparência e Resultado, integrado pelas bancadas do PSDB, PSD e PTB e pelas representações partidárias do PHS, PPS, PR, PRP, PRTB e PTdoB. O deputado Bonifácio Mourão (PSDB) foi indicado para a liderança. O deputado Gustavo Valadares (PSD) foi indicado líder da Maioria, segundo outra comunicação recebida pela Mesa.

Independência – Os deputa-

dos debateram na Reunião Ordinária, entre outros assuntos, os problemas de visibilidade no estádio Independência, em Belo Horizonte, que passa por reforma. A discussão se deu um dia após a visita de 18 deputados ao estádio, a convite da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, acompanhados do secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo, Sérgio Barroso.

Segundo o deputado Rogério Correia (PT), não se pode admitir que o Governo do Estado inaugure o estádio com “6 mil pontos cegos” e tente resolver o problema apenas reduzindo o preço dos ingressos naquele setor da arquibancada. Em resposta, o deputado Rômulo Viegas (PSDB) afirmou que já foram solicitadas ao Governo do Estado providências para que a empresa responsável pelas obras faça as adaptações necessárias.

Duílio de Castro (PMN) destacou os pontos positivos da obra, como “o gramado magnífico”, enquanto Gustavo Valadares (PSD) reafirmou que o Governo busca corrigir o problema.

O deputado André Quintão (PT) disse que as obras deixaram o estádio “muito bonito”, mas ressaltou que os problemas de visibilidade não podem ser escamoteados. “Em nome do bom senso, é melhor consertar o erro e completar a obra do que vender os olhos diante do erro”, disse.

ORADORES



Críticas

O deputado **Rogério Correia** (PT) fez uma avaliação negativa do primeiro ano do Governo Anastasia. Ele criticou o fato de o governador ter proposto, em reunião com o presidente da Câmara Federal, a redução do piso nacional dos professores de 22% para 6,5%. O parlamentar também citou matéria do jornal *Hoje*

em Dia que aponta 114 pontos críticos nas estradas estaduais mineiras. Com relação a segurança pública, exibiu matéria publicada no jornal *O Tempo*, que relata decisão da cúpula da Polícia Militar proibindo seus comandantes de divulgarem estatísticas que revelem aumento dos índices de criminalidade no Estado. Em aparte, o deputado

Gustavo Valadares (PSD) disse que Minas tem que respeitar os limites orçamentários e não pode investir apenas em educação. Já a deputada Maria Tereza Lara (PT) afirmou que o piso nacional dos professores não pode ser reduzido, mas apontou que é necessária a busca de alternativas, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Censura

O deputado **João Leite** (PSDB) mostrou indignação com as críticas feitas pela oposição à carta da Secretaria de Estado de Educação para os pais dos alunos que ficaram mais de 100 dias sem aula, por causa da greve. Ele questionou se não seria importante enviar aos pais uma justificativa do porquê

de as crianças e os adolescentes ficaram sem aulas por tanto tempo. O deputado também afirma estar sendo censurado pela oposição, por ter sido impedido de presidir a reunião do Plenário. O deputado observou ainda que a atriz Débora Falabella também estaria sendo censurada por fazer propaganda para o Estado.

Lembrou, porém, que a atriz também fez propaganda para a prefeitura petista de Nova Lima. João Leite ainda comentou a política estadual de esporte, destacando os investimentos feitos desde sua criação, em 2003. Em aparte, os deputados Bonifácio Mourão (PSDB) e Rômulo Viegas (PSDB) apoiaram o discurso do colega.

Confira os destaques da semana



SALA DE IMPRENSA

O *Sala de Imprensa* abre espaço a novas reflexões sobre violência doméstica contra a mulher. Agora a denúncia pode ser feita, mesmo sem iniciativa da vítima, que também está impedida de retirar a queixa contra o agressor. A convidada especial é Lúcia Apolinária, coordenadora de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de BH. Também participam os jornalistas Renato Rios Neto, repórter e produtor da Rádio Itatiaia, e Ethel Corrêa, repórter da TV Alterosa. Hoje, 12h; amanhã, 0h e 21h, e domingo, 18h.



ASSEMBLEIA DEBATE

O programa fala do processo de desestatização no Brasil. O tema voltou a polemizar entre oposição e base, em relação ao Governo Federal, depois do leilão de três dos principais aeroportos do país (Guarulhos, Vira-Copos e Brasília). Os deputados convidados são: Sebastião Costa (PPS), Rômulo Viegas (PSDB), Paulo Lamac (PT) e Carlin Moura (PcdoB). Hoje, 21h; amanhã, 22h30; domingo, 13h; e segunda, 23h.



PANORAMA

Criatividade e inovação são atributos cada dia mais desejados nos profissionais que entram no mercado de trabalho. Usar essas qualidades para se diferenciar e gerar lucro em diversos setores é um dos objetivos da economia criativa. O *Panorama* conversa sobre isso com a professora do Centro Universitário UNA, Mariana Anselmo, e com a secretária de Interiorização da Sec. Est. de Cultura, Fátima Tropia. Sábado, às 14h e 22h.



DEBATE PÚBLICO

A TV Assembleia reexibe o Debate Público *A Renegociação da Dívida dos Estados com a União*, no qual presidentes das Assembleias de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro e a 2ª-vice-presidente da Assembleia do Espírito Santo assinaram um documento com sugestões para reduzir o endividamento dos Estados, que, atualmente, supera R\$ 350 bilhões. Acompanhe nesta segunda, às 13h30.

Sexta-feira

- | | |
|--|---|
| 0h Plenário (continuação) | 13h Mundo Político |
| 0h30 Parlamento Brasil | 13h30 Debate Público (reprise) – Conselhos Tutelares |
| 1h Panorama – Ensino da Matemática | 17h30 Geração – Teca Lobato |
| 1h30 Repórter Assembleia | 18h Horário da Câmara Municipal de Belo Horizonte / Interior: Mundo Político / Brasil Eleitor |
| 2h Fórum Democrático – Painel “Meio Ambiente” | 19h Panorama – Vigorexia |
| 5h Formação do Povo Mineiro – Antes das Minas Gerais, com Adriana Romeiro | 19h30 Repórter Assembleia (ao vivo) – O que acontece na Assembleia e as principais notícias do Estado |
| 6h Brasil Eleitor | 19h55 Trabalho de Base |
| 6h30 Horário da Câmara Municipal de Belo Horizonte / Interior: Mundo Político / Brasil Eleitor | 20h Segunda Musical – Adão Oliveira e Quarteto “Em Flautas” |
| 7h30 Repórter Assembleia (reprise) | 20h30 Parlamento Brasil |
| 8h Mundo Político | 21h Assembleia Debate – Concessões e privatizações |
| 8h30 Panorama – Vigorexia | 22h Repórter Assembleia |
| 9h Comissão de Direitos Humanos (reprise) – 15/2/12 | 22h30 Mundo Político (inédito) – Retrospectiva da semana |
| 11h Minas é Muitas – Santa Rita do Sapucaí | 23h Via Justiça (inédito) – Lei Maria da Penha |
| 12h Sala de Imprensa – Violência doméstica contra a mulher | 23h30 Zás – O Rei Careca |



Orientações sobre direitos do consumidor e sobre como proceder em defesa de direitos lesados nas relações de consumo

Lourdes
(31) 3253-5500

Praça Sete / Psiu
(31) 3207-9400

www.almg.gov.br/procon

MESA DA ASSEMBLEIA

Deputado Dinis Pinheiro
Presidente
Deputado José Henrique
1º-vice-presidente
Deputado Inácio Franco
2º-vice-presidente

Deputado Paulo Guedes
3º-vice-presidente
Deputado Dilzon Melo
1º-secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr.
2º-secretário
Deputado Jayro Lessa
3º-secretário

SECRETARIA
Eduardo Vieira Moreira
Diretor-Geral
José Geraldo de Oliveira Prado
Secretário-Geral da Mesa
ASSEMBLEIA INFORMA
Editado pela Diretoria de

Comunicação Institucional da ALMG
Diretor: Lúcio Pérez (jornalista – Rg.MTb 3.552/MG)
Gerente-Geral de Imprensa e Divulgação: Cristiane Pereira
Edição: Ricardo Bandeira (editor-geral)

Revisão: Rafael Pires
Diagramação: Clarice Maia
Endereço: Rua Rodrigues Caldas, 30 – CEP: 30190-921 – BH/MG
Tel.: (31) 2108-7715
Impresso pela Gerência-Geral de Suporte Logístico (ramal 7763)
www.almg.gov.br